



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Direitos geracionais (Família, infância, juventude e velhice).

Políticas públicas para pessoas idosas: relato da experiência no programa de extensão UFF Espaço Avançado

Maria Carmen Vilas- Bôas Hacker Alvarenga¹

Resumo: A questão do envelhecimento da população mundial tem assumido proporções alarmantes. Os levantamentos demográficos apontam que teremos 2,1 bilhões de pessoas idosas em 2050; em quase todas as regiões do planeta, o que significa que terão um quarto ou mais de velhas e velhos em suas populações. O debate sobre velhices tem sido pauta constante nas agendas públicas mundiais e nacional. Há a necessidade de se investir em qualidade de vida para essa população. O presente artigo busca, através do relato da experiência desenvolvida no Programa de extensão UFF ESPAÇO AVANÇADO – Trabalho social com Idosos: Processos Participativos na Construção da Cidadania, demonstrar a possibilidade de atender a demandas sociais e políticas em questões relativas ao envelhecimento.

Palavras – chave: Políticas Públicas; Envelhecimento; Extensão universitária.

Public policies for the elderly: experience report in the extension program UFF Espaço Avançado

Abstract: The issue of an aging world population has taken on alarming proportions. Demographic surveys indicate that we will have 2.1 billion elderly people in 2050; in almost all regions of the planet, which means they will have a quarter or more of old and old in their populations. The debate on old age has been a constant issue on the national and national public agendas. There is a need to invest in quality of life for this population. This article seeks, through the report of the experience developed in the extension program UFF ESPAÇO AVANÇADO - Social work with the Elderly: Participatory Processes in the Construction of Citizenship, to demonstrate the possibility of meeting the social and political demands on issues related to aging.

Keywords: Public Policies; Ageism; University Extension.

Introdução:

A questão do envelhecimento da população mundial tem assumido proporções alarmantes. As causas já são reconhecidas e amplamente divulgadas, tais como a queda da taxa de natalidade e os avanços tecnológicos na área de saúde, por exemplo. Os levantamentos demográficos apontam para 2,1 bilhões em 2050; todas as regiões do planeta terão um quarto ou mais de pessoas idosas em suas populações, com exceção da África, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018).

Entendemos que a velhice transcende as questões biológicas ou epidemiológicas, possui uma dimensão social e histórica:

¹ Assistente social no Programa de Extensão UFF Espaço Avançado, Gerontóloga; Mestre em Política Social e Doutoranda em Política Social no Programa de Estudos pós graduados em Política Social na UFF. E-mail: mcarmemvbhalvarenga@gmail.com.

As diversas formas de nomear a velhice e os significados que tais nomes ganham em diferentes períodos históricos dão o ponto de partida à reflexão sociológica sobre a construção histórica e social da velhice. Assim, estabelece-se uma distinção entre um fato universal e natural o ciclo biológico, que envolve o nascimento, o crescimento e a morte e um fato social e histórico, que é a variabilidade da forma pela qual o envelhecimento é concebido e vivido. As representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens, portanto, ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos. (DEBERT, 2011, p.1)

A partir dessa reflexão e situando a velhice nesse contexto de construção histórica podemos então pensar em aspectos que fazem parte da realidade brasileira no contexto de envelhecimento global e suas implicações na qualidade de vida de quem está envelhecendo e seus impactos na estruturação de políticas públicas.

Nesse sentido, o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/ONU,2019) para o período de 2009-2018 (CE164) pontua sérias questões, tais como:

A expectativa de vida nas Américas continua aumentando, em 2017, ao nascer a expectativa de vida era de 77 anos aos 60 anos poderia viver mais 22 anos; e aos 80 anos, mais 9,4 anos em média. “No entanto, viver mais não significa necessariamente viver com boa saúde. Em toda a região, o número de anos vividos com incapacidade aumentou 12,6% desde 2009”. Ressalta ainda, que os impactos na área de saúde serão enormes, apesar das conquistas e dos esforços realizados até agora.

Além disso, os profissionais e serviços de saúde não estão preparados o suficiente para atender a demanda crescente. “Menos de 15% dos programas de graduação em ciências da saúde nas Américas e menos de 10% das principais especialidades médicas incluem envelhecimento e saúde geriátrica em seus programas de graduação ou pós-graduação”. E também que haver é grande impacto nas famílias, uma vez que tem como cuidadores principais familiares mulheres não remuneradas. Essa situação se tornará insustentável no futuro próximo. (ONU,2019).

Essas previsões com dados recentemente atualizados destacam a necessidade de políticas pública para atender as diversas demandas sobre a velhice. Debert (2011p.3) destaca:

O prolongamento da vida humana é, claro, um ganho coletivo, mas também uma ameaça à reprodução da vida social, num risco para o futuro da sociedade. As projeções sobre os custos da aposentadoria e da cobertura médica e assistencial do idoso são apresentados como um problema nacional, indicador

da inviabilidade de um sistema que em futuro próximo não poderá arcar com os gastos de atendimento. Nas situações em que o desemprego e o subemprego atingem contingentes cada vez maiores da população mais jovem, os custos implicados na velhice, especialmente aqueles envolvidos nas fases mais avançadas da vida, crescem na mesma proporção dos avanços tecnológicos postos em ação para prolongar a vida humana. A imaginação dos experts em contabilidade pública não vai além da sugestão de que quatro tipos de medidas devem ser tomados simultaneamente para garantir a viabilidade do sistema: diminuição dos gastos públicos, aumento dos impostos, diminuição dos vencimentos dos aposentados e aumento da idade da aposentadoria.

Historicamente, as Assembleias Mundiais sobre Envelhecimento da ONU em Viena (1982) e Madri (2002), trouxeram para as agendas públicas das diversas nações, a problematização de um mundo que envelhece. Contribuíram também com planos de ações internacionais para que os países discutam a questão. Ao considerar, segundo a ONU (2018), que 64% dos idosos atualmente vivem em países de capitalismo periférico, e que em 2050 deverão ser 80%, percebe-se a necessidade urgente de implementação de políticas públicas para o envelhecimento.

Alguns marcos históricos nacionais também podem ser citados na conquista de direitos para os velhos e velhas brasileiras, tais como a Constituição Federal de 1988 (CF88), a Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994 e o Estatuto do Idoso em 2003, embora a questão da proteção social de população idosa seja mais antiga, pois é transversal às conquistas previdenciárias. (Camarano, 2016)

Se antes, a questão principal das políticas públicas era a aposentadoria, como a garantia de direitos previdenciários para parte da população trabalhadora, com a ênfase dada em categorias ocupacionais pela nossa construção histórica de cidadania regulada (Santos, 1979); e com atendimento pontual de saúde para os idosos desprotegidos; a partir das décadas de 1980 e 1990, a discussão mais específica sobre as velhices, ganha destaque. O foco agora é a garantia de direitos para a população envelhecida, que se materializa em políticas como, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) além das já citadas como marcos anteriormente.

Ao discorrer sobre Política Social Fleury (1998 p. 4) faz a seguinte reflexão:

O conceito de política social, ainda que seja delimitado pelas ações públicas, governamentais ou não, que estão voltadas para as respostas às demandas que tem origem no processo de reprodução dos indivíduos em uma sociedade é bastante complexo porque envolve: uma dimensão valorativa (...) estrutural (...); o cumprimento de funções vinculadas à legitimação (...) acumulação, na reprodução da estrutura social(...) processos políticos institucionais e organizativos (...) processo histórico de formação de atores políticos e sua dinâmica relacional nas disputas de poder e a geração de normas (...) que definem critérios de redistribuição e inclusão em uma determinada sociedade.

A autora ressalta ainda, a contradição do conceito política social, que une uma dimensão estatal de poder e outra societária, nas quais os interesses de indivíduos e grupos interagem a partir de mobilizações voluntárias. Foi o que assistimos nas décadas de 1980 e 1990. A partir do processo de redemocratização e a abertura da Constituinte, intensas mobilizações de setores da sociedade civil permitiram a inclusão de direitos para vários segmentos da população com a participação de movimentos de aposentados e profissionais pioneiros nos campos de Geriatria e Gerontologia. (CAMARANO, 2016)

A CF88 assegura no seu artigo 230 a proteção da pessoa idosa como dever da família, sociedade e Estado e garante ainda a gratuidade de transporte para maiores de 65 anos. Nossa constituição foi uma das primeiras na América Latina a atender as recomendações da Assembleia de Viena. (CAMARANO, 2016)

Vale destacar que a PNI prevê ações públicas e privadas que garantem a ampliação de direitos, mas até hoje ainda apresenta grandes lacunas por constarem somente na forma da lei. È através da PNI, que podemos compreender o papel da extensão universitária na área de envelhecimento:

A PNI determina que sejam assegurados os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva, bem como versa sobre as competências dos órgãos e entidades públicos na sua implementação. De forma explícita, no item referente à área de educação, a norma regulamenta o apoio à “criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber.” (Brasil, 1994, art. 10, inciso III, alínea f). (ASSIS ET ALII, 2016)

O Estatuto do Idoso, em consonância com a PNI, é um grande avanço, porque prevê ações, define e penaliza crimes contra a pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso é, no ordenamento jurídico brasileiro, a norma que realiza de modo mais amplo a discriminação afirmativa, ou ação afirmativa, com o intuito de superar as desigualdades existentes entre os idosos, como grupo vulnerável, e o conjunto da sociedade. (HATHAWAY, 2017. p.123)

O Estatuto garante ainda os seguintes direitos humanos: direito à vida; à liberdade, ao respeito e à dignidade; aos alimentos; à saúde; à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e ao trabalho; à previdência social; à assistência social; à habitação e ao transporte. Além de estabelecer medidas protetivas, garantir acesso a Justiça; estabelecer as responsabilidades das entidades de atendimento e ainda:

O art. 95 estabelece que os crimes contra os idosos são de ação penal pública incondicionada. Os crimes previstos nos arts. 96 a 108 do estatuto buscam proteger a pessoa idosa da discriminação, do descuido, do abandono, da falta

de acolhida, do desprezo, da exposição ao perigo, da negativa de oportunidades de realização pessoal e profissional, da obstrução do acesso à Justiça, da exploração financeira, do assédio econômico e da manipulação. (HATHAWAY, 2017. p.139)

Percebe-se assim, que existe um arcabouço institucional e legal para a garantia de direitos para a população envelhecida. Entretanto, os relatos de pessoas idosas e também de profissionais demonstram que esses direitos não se materializam de forma automática e que a falta de políticas públicas e/ou recursos são impeditivos para que esses direitos sejam garantidos de forma universal e com fácil acesso como preveem as leis.

Apesar de todas as dificuldades, esse relato tem por objetivo demonstrar que é possível contribuir para a construção/ garantia de direitos de cidadania através de ações apoiadas por instituições governamentais.

Para Fleury (1998, p.8), as políticas sociais se materializam em instituições e organizações concretas e se traduzem em estruturas organizacionais, culturas institucionais, capacidades humanas e técnicas e recursos financeiros disponibilizados, configurando o campo que envolve políticas sociais e sociedade. Fazem parte do processo de reprodução da sociedade, e geram conhecimento, novos campos disciplinares, bem como instituições, práticas profissionais inovadoras e normas.

O Programa de extensão UFF Espaço Avançado: trabalho social com pessoas idosas - processos participativos na construção da cidadania (UFFESPA), da Universidade Federal Fluminense, é desenvolvido nesse contexto. Sua implementação data de março de 1994, localizado na Escola de Serviço Social em Niterói. com o objetivo de reunir todas as áreas e profissionais que quisessem trabalhar com questões relativas ao envelhecimento na Universidade.

O projeto é interdepartamental, envolve ensino, pesquisa e extensão, seu objetivo principal é trabalhar as questões relativas ao envelhecimento, com ênfase na participação e cidadania. Seus objetivos são:

analisar as políticas sociais e as questões relacionadas ao envelhecimento da população brasileira; possibilitar processos participativos de reflexão sobre as questões sociais e do cotidiano que se relacionam com os idosos ou que envolvam o envelhecimento humano nas diferentes situações sociais; facilitar aprendizados e trocas de experiências entre a equipe e participantes, na perspectiva da organização social e política dos idosos frente aos direitos sociais. Nesse sentido, desenvolve projetos, trabalhos e atividades que buscam melhorar o desempenho individual e coletivo dos participantes. (ALVARENGA, 2010)

Sendo assim, é campo de estágio para a graduação dos cursos de Serviço Social e Psicologia e de aprendizagem para bolsistas da Universidade. Frequentemente é procurado por alunos de graduação e pós graduação de diversos cursos e instituições para coleta de dados para pesquisas. E tem vasta produção de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sobre envelhecimento desenvolvidas no UFFESPA.

Nossa proposta trabalha com o conceito de envelhecimento ativo, que a Organização Mundial de Saúde (OPAS, 2005) define como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”. Sendo saúde, neste contexto, entendida como: “bem-estar físico, mental e social”. (OPAS, 2005) ressalta ainda “em um projeto de envelhecimento ativo, as políticas e programas que promovem saúde mental e relações sociais são tão importantes quanto aquelas que melhoram as condições físicas de saúde.”

Considera ainda conceitos importantes para entender as questões relacionadas com o envelhecimento como autonomia, independência, qualidade de vida e expectativa de vida saudável.²Inicialmente contava com dois sub projetos – Serviço Social e Educação Física. Atualmente transformou-se em programa e possui dez subprojetos e vinte e três atividades, envolvendo áreas como³ Enfermagem, Psicologia, Medicina,

² Autonomia é a habilidade de controlar, lidar e tomar decisões pessoais sobre como se deve viver diariamente, de acordo com suas próprias regras e preferências. Independência é, em geral, entendida como a habilidade de executar funções relacionadas à vida diária – isto é, a capacidade de viver independentemente na comunidade com alguma ou nenhuma ajuda de outros. Qualidade de vida é “a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito muito amplo que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente” (OMS, 1994). À medida que um indivíduo envelhece, sua qualidade de vida é fortemente determinada por sua habilidade de manter autonomia e independência. Expectativa de vida saudável é uma expressão geralmente usada como sinônimo de “expectativa de vida sem incapacidades físicas”. Enquanto a expectativa de vida ao nascer permanece uma medida importante do envelhecimento da população, o tempo de vida que as pessoas podem esperar viver sem precisar de cuidados especiais é extremamente importante para uma população em processo de envelhecimento. (OPAS, 2005)

³ O Programa conta parcerias institucionais com os projetos Prevquedas do Departamento de Educação Física, Incluir do Instituto de Computação, Departamento de Nutrição através de palestras, Medicina com oficinas de Saúde da Família e com a Faculdade de Enfermagem que desenvolve oficinas de memória cognitiva, consultas de enfermagem e de terapias alternativas e complementares.; e também com parcerias interinstitucionais com a Serviço de Psicologia Aplicada da Faculdade Maria Thereza, através das oficinas de Interrelacionamento e de atendimento individual referenciado no setor.

Pedagogia, Fisioterapia, Informática, além do Serviço Social e da Educação Física⁴. Conta também, com alguns colaboradores, sem vínculo com a instituição e, ainda, com o protagonismo de pessoas idosas que participam do programa e organizam ou desenvolvem atividades como saraus, dança de salão, tai chi chuan e línguas.

Aberto a pessoas idosas ou aposentadas, moradoras de Niterói e região, organiza suas atividades em oficinas, visitas culturais, intercambio com outros grupos, cursos e conferências em vários campos da prática social, educacional, artística, cultural e de lazer. Contudo, a maioria dos usuários é composta por mulheres.

A proporção de homens vem aumentando ao longo das décadas, mas permanece bem inferior à participação feminina. Em 1994, quando o projeto começou não havia nenhum homem idoso participando, depois era uma média de 1% até, aproximadamente, 2010, quando os homens idosos passaram a procurar mais as atividades, concentrando-se nas áreas de atividades físicas, informática e línguas. Atualmente a participação varia entre 10 e 15%.

O levantamento interno realizado no final de 2019, sobre o perfil das mulheres entre 2003 e 2019 destacou que as mulheres que procuram o programa UFFESPA são em sua maioria residentes de Niterói (83%), já de São Gonçalo são 15% e de outros municípios somente 2%. São brancas (53%), seguidas pelas pardas (30%) e negras (13%), se auto declararam indígenas 3% e amarelas 1% das participantes. Em relação ao estado civil há maior diversificação são viúvas (33%), casadas (28%), solteiras (22%), divorciadas (16%) e separadas sem legalizar a situação (1%).

A maior parte dessas mulheres que inscritas no período nasceram na década de 1940 (43%); nas décadas de 30 e 50 a proporção foi a mesma (28%) e na década de 20 somente 1%. Portanto, estão na faixa entre 60 e 80 anos.

Em relação a renda, considerando a situação previdenciária, a maioria é aposentada (47%), pensionista (21%), ou ainda, aposentada e pensionista (19%) com baixos rendimentos. Todavia, 10% dessas mulheres não possuem nenhum tipo de renda e são totalmente dependentes da renda de seus maridos, enquanto 3% ainda estão

⁴ As atividades previstas para 2020 são: Encontros Temáticos (palestras/saraus/filmes/assembleias decisórias), Oficinas de Memória Social e Cognitiva, de Interrelacionamento pessoal/FAMATH, de Teatro, de Línguas/Francês, de Línguas/Português e Literatura, de Ioga, de Tai chi chuan, de Dança de Salão, de Viagens Musicais, de Tecnologias, de Informática/Projeto Incluir, de Terapia Corporal, atendimento ambulatorial em Terapias Alternativas e Complementares, consultas de Enfermagem, Oficina de Saúde da Família, Projeto Dançando para não cair/Prevqedas e Atividades circenses/Prevqedas.

trabalhando. Em relação a escolaridade, a maior parte tem ensino médio (41%) ou superior (31%), já as que cursaram o Fundamental são 26% enquanto 2% não tiveram oportunidades para estudar.

A partir desses cenários, podemos preletir sobre o trabalho realizado no Programa de extensão.

A Experiência no UFFESPA

A metodologia de trabalho da equipe de Serviço Social, desde o início foi construir processos participativos de decisão em tudo o que se referia ao projeto. Nos questionávamos sobre como as usuárias poderiam participar de espaços políticos mais amplos de modo crítico e reflexivo, se no micro espaço onde as relações sociais acontecem, com pessoas de diferentes níveis socioculturais, não se desse voz e poder de decisão.

Embora, o trabalho desenvolvido com a perspectiva de cidadania, participação e protagonismo social das pessoas idosas nem sempre seja bem compreendido pelas mesmas. Em uma sociedade onde se espera o fornecimento de serviços prontos e atendimentos de necessidades e demandas sem reflexão ou discussões, o desenvolvimento de uma proposta diferente, muitas vezes causa dificuldades e resistências.

Mesmo assim, foi implementada, desde o início, a prática de assembleias decisórias para tudo o que se referisse ao projeto, das atividades, temas e projetos que seriam desenvolvidos à decisões sobre a organização de eventos em datas comemorativas. Por exemplo, se gostariam da presença de familiares e convidados(as), se haveria música, ou outras manifestações culturais, o tipo de alimentação que gostariam de trazer, entre outras, tudo era (e é) decidido coletivamente.

Entendíamos (e ainda hoje continuamos a trabalhar dessa forma) que era importante criar o hábito de expressão e decisão sobre o espaço que era delas, isso não se fazia (ou se faz) sem conflitos e disputas de poder. Entretanto, essa metodologia vem nos permitindo ampliar o protagonismo dos idosos em atividades do programa e em diversos espaços sociais, bem como as discussões sobre os mais variados temas, especialmente os ligados a Política.

Ao considerar que e as mulheres que vem participando do programa, ao longo desses 25 anos, pertencem a gerações, aonde o machismo existia de forma muito acentuada, que não lhes era incentivado ou “permitido” participar de certas esferas (Machado, 2009); e que vivenciaram parte de suas vidas em períodos ditatoriais (Estado Novo/ Vargas e/ou Ditadura Militar). Sem mencionar o descrédito na política brasileira, através dos constantes escândalos de corrupção, que, segundo elas, sempre acabam em “pizza”, como usualmente se costuma dizer na cultura política do nosso país. Torna-se compreensível assim, o pouco interesse por questões políticas. Vencer essas resistências não é tarefa fácil.

Entretanto, as discussões de temas relacionados a cidadania e ao cotidiano, com a reflexão e apresentação sobre leis e Políticas, com oficinas e palestras específicas sobre a PNI, Estatuto do Idoso, PNSPI, Sistema Único de Saúde, Direito do Consumidor, e outras; muitas vezes buscando-se recursos lúdicos, como gincanas, jogos como *quizz*, palavras cruzadas, forca, e também filmes e músicas, vem proporcionando resultados surpreendentes para aumentar o interesse e participação.

Como resultado desses esforços, na última eleição (2018), por exemplo, foi demandado por grande parte do grupo que fossem trabalhados temas que pudessem embasá-lo na escolha eleitoral. E, respeitando o direito democrático ao livre pensamento e escolha, foi realizado um trabalho de base, ao longo do ano, para que elas entendessem os projetos de sociedade e conceitos que vinham acoplados a termos como neoliberalismo e socialismo e ao significado das siglas dos partidos e o comprometimento político que geram aos candidatos.

Foi desenvolvido também um mural com todos os programas políticos de todos os presidentes e concorrentes a governador no Rio de Janeiro, com levantamento de fichas-sujas (sem indicação de nenhum candidato), utilizando-se dados disponibilizados publicamente em diversas mídias. Além de discussões sobre SUS, Assistência Social, Previdência e Educação - assuntos sugeridos coletivamente.

As idosas que participaram, na avaliação final, relataram como foi enriquecedor o processo de reflexão dos temas para embasarem seus votos, inclusive uma senhora ressaltou que sempre votava nos candidatos indicados pelo filho, mas que naquele ano iria escolher ela mesma.

O Programa proporciona não só essas discussões, mas também temas e atividades relacionadas a saúde, atividades físicas, lazer e cultura. Busca também disponibilizar e trocar informações sobre atualidades e temas que estão repercutindo nas mídias.

Valoriza-se muito o saber e as vivências de velhas e velhos participantes e procura, trazendo professores da Universidade e especialistas das áreas em questão, proporcionar diálogos e elementos de reflexão sobre os assuntos pautados.

Entendemos que concretizar Políticas públicas e direitos, significa também proporcionar acesso ao que se preconiza como direito e não só reflexões sobre como reivindicá-los. Assim sendo, proporcionamos acesso a atividades culturais e de lazer como visitas a museus, exposições, apresentações e festivais e a outros espaços sugeridos pelo grupo nas assembleias. Acreditamos que, desse modo, temos a possibilidade de materializar ações previstas na CF88, PNI e no Estatuto do Idoso.

Considerações finais

A experiência no programa, ao longo desses anos, tem demonstrado que embora seja árduo desconstruir descrenças políticas com base em vivências de uma cidadania precária para a pessoas velhas no Brasil, é possível desenvolver um trabalho que busque discutir e garantir direitos e políticas públicas com o apoio da universidade.

A participação das pessoas idosas se qualifica de modo mais crítico com o desenvolvimento do trabalho e com a frequência continua nas atividades do programa, demonstrando que os resultados se tornam satisfatórios à medida que a troca de saberes acontece entre usuárias, usuários e profissionais.

Os poucos recursos financeiros, devido aos baixos investimentos públicos em áreas essenciais como Saúde e Educação são maximizados pelo compromisso de profissionais que desenvolvem ações extensionistas com a população em geral, e mais especificamente no caso do programa, com a população envelhecida. Entretanto, deveria haver mais investimento das universidades nessas ações para a ampliação das atividades e atendimentos oferecidos.

A realidade brasileira e as lacunas apresentadas nas implementações das políticas demonstram que há um longo caminho a ser percorrido. A CF88 ao estabelecer a obrigatoriedade da proteção aos idosos, o faz delegando a responsabilidade maior as

famílias. Entretanto, com a queda de natalidade e a participação da mulher no mercado de trabalho, as famílias estão cada vez com maior dificuldade para cuidar de seus familiares idosos. Além dos custos financeiros altos para a contratação de cuidadores e a falta de equipamentos públicos como instituições de longa permanência e centros-dia, previstos na PNI há vinte e cinco anos atrás.

O Estatuto do Idoso, embora seja um grande avanço, também não possui toda a estrutura necessária para a garantia de direitos, ainda existem poucas delegacias especializadas no Estado do Rio de Janeiro. Segundo levantamento realizado, em fevereiro de 2020, no site da Polícia Civil do Estado, só existe uma delegacia especializada para pessoas idosas em Copacabana.

O cenário brasileiro, com desmonte do SUS, cortes ou restrições de direitos e programas assistenciais, não projeta um futuro estruturado para atender as demandas que estão sendo geradas pela longevidade como recomendam a OMS, OPAS e outros institutos da ONU.

Entretanto, as universidades públicas situadas no Estado do Rio de Janeiro vêm exercendo papel fundamental no atendimento da população idosa e na produção de conhecimento sobre questões relacionadas ao envelhecimento.

Os caminhos a serem trilhados pra garantir políticas sociais para a velhice já foram traçados, prescrições nacionais e internacionais já estão dadas. Falta agora concretizá-las. As universidades públicas sinalizam que é possível fazê-lo. Nossa experiência confirma que é possível trabalhar e garantir direitos e cidadania.

Referências

ALVARENGA, Maria Carmen V.B.H. **Apresentação resumida do Projeto**. Documento interno, 2010.

ASSIS Marcella Guimarães; DIAS, Rosângela Corrêa;necha, Ruth Myssior , **A Universidade para a Terceira Idade na Construção da Cidadania da Pessoa Idosa** in: Política nacional do idoso: velhas e novas questões / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini - Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 615 p.: il.: gráfs.

CAMARANO, Ana Amélia. **Introdução** in: Política nacional do idoso: velhas e novas questões / Alexandre de Oliveira Alcântara, Ana Amélia Camarano, Karla Cristina Giacomini - Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 615 p.: il.: gráfs.

CE164; PAHO Executive Committee; Comité Ejecutivo de la OPS; Comitê Executivo da OPAS; Healthy Aging; Envejecimiento Saludable; **Envelhecimento Saudável**; Aging; Envejecimiento; Envelhecimento URI <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51419>

DEBERT, G. G. **Velho, terceira idade, idoso ou aposentado? Sobre diversos entendimentos acerca da velhice** - Revista Coletiva, 2011 - academia.edu

FLEURY, Sonia e ASSIS, Andreia. (1998). **Políticas Sociais e Cidadania**.in: https://www.researchgate.net/publication/320044000_Políticas_Sociais_e_Cidadania

HATHAWAY, Gisela. **Direitos e Garantias Fundamentais das Pessoas Idosas No Brasil** In: Brasil 2050: desafios de uma nação que envelhece / Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa; relator Cristiane Brasil; consultores legislativos Alexandre Cândido de Souza (coord.), Alberto Pinheiro ... [et al.]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série estudos estratégicos; n. 8 PDF)

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979, 138 p

KROPF, Paula. **UFF Espaço Avançado – Trabalho social com Idosos: Processos Participativos na Construção da Cidadania**, documento interno, 2020.

ONU ,2019 **Número de pessoas idosas com necessidade de cuidados prolongados triplicará nas Américas até 2050** in <https://nacoesunidas.org/numero-de-pessoas-idosas-com-necessidade-de-cuidados-prolongados-triplicara-nas-americas-ate-2050/>
ONU , 2018 **A ONU e as pessoas idosas** in <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde** / World Health Organization; tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2005. 60p.: il.